



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS  
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

JULIANA REBEKA FALCÃO DOS SANTOS

**GÊNERO, RAÇA, CLASSE E TERRITÓRIO: A TRAJETÓRIA DE  
RESISTÊNCIA DAS MULHERES DA COMUNIDADE RIBEIRINHA, COQUE  
(RECIFE/PE) E A RELAÇÃO COM O ENSINO DA GEOGRAFIA**

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** CLAUDIO JORGE MOURA DE CASTILHO  
Data: 26/04/2025 07:58:41-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RECIFE

2025

JULIANA REBEKA FALCÃO DOS SANTOS

**GÊNERO, RAÇA, CLASSE E TERRITÓRIO: A TRAJETÓRIA DE  
RESISTÊNCIA DAS MULHERES DA COMUNIDADE RIBEIRINHA, COQUE  
(RECIFE/PE) E A RELAÇÃO COM O ENSINO DA GEOGRAFIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Jorge Moura de Castilho

RECIFE

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Santos , Juliana Rebeka Falcão dos .

GÊNERO, RAÇA, CLASSE E TERRITÓRIO: A TRAJETÓRIA DE  
RESISTÊNCIA DAS MULHERES DA COMUNIDADE RIBEIRINHA,  
COQUE (RECIFE/PE) E A RELAÇÃO COM O ENSINO DA GEOGRAFIA /  
Juliana Rebeka Falcão dos Santos . - Recife, 2025.

42 p. : il., tab.

Orientador(a): Cláudio Jorge Moura de Castilho

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de  
Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Geografia -  
Licenciatura, 2025.

Inclui referências.

1. Gênero . 2. Espaço urbano . 3. População ribeirinha . 4. Ilha Joana Bezerra  
. 5. Classes . 6. Território . I. Castilho, Cláudio Jorge Moura de . (Orientação).  
II. Título.

370 CDD (22.ed.)

JULIANA REBEKA FALCÃO DOS SANTOS

**GÊNERO, RAÇA, CLASSE E TERRITÓRIO: A TRAJETÓRIA DE  
RESISTÊNCIA DAS MULHERES DA COMUNIDADE RIBEIRINHA, COQUE  
(RECIFE/PE) E A RELAÇÃO COM O ENSINO DA GEOGRAFIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de  
Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de  
Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do  
título de Licenciada em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Jorge Moura de Castilho

Aprovado em: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Cláudio Jorge Moura de Castilho (Orientador)

\_\_\_\_\_  
Ma. Cecília Araújo de Queiroz (Examinadora Externa)

\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Ana Caroline Damasceno Souza de Sá (Examinadora Interna)

RECIFE

2025

## AGRADECIMENTOS

Não posso começar sem agradecer primeiramente ao Senhor, meu Deus e meu Pai, pela força infinita e por ter me sustentado ao longo de toda jornada neste curso. Sem Ele, não conseguiria enfrentar tantos desafios e me manter firme em todos os momentos! Sua graça e seu amor iluminaram meu caminho, me motivando e impulsionando a continuar. Sou imensamente grata por cada passo dado sob sua proteção, sabedoria e amor.

Agradeço à minha família, que sempre esteve ao meu lado com amor, paciência e apoio. Mainha, painho, Mari, tia Ray, tia Inácia e tia Déa, saibam que vocês foram meu alicerce em todos os momentos, cada ajuda, cada palavra e cada incentivo (R\$) foram fundamentais para que eu chegasse até aqui. Ao meu avô, Raimundo Falcão (*in memoriam*), não poderia deixar de agradecê-lo, onde quer que o senhor esteja, sei que está muito feliz e orgulhoso de mim, te amo para sempre, vovô! Thomas, meu parceiro de vida, de amor, risadas e tantas coisas boas, obrigada!

Aos meus amigos que, ao longo da graduação, fizeram os meus dias leves, felizes e mais especiais! Aqueles que seguiram ao meu lado desde o início, os que foram chegando depois, aos meus amigos de vida e de caminhada, amo vocês! A amizade de cada um foi um suporte valioso e necessário.

Agradeço a todas as mulheres do Coque, sinônimo de resistência e força, em especial à dona Eurídice e a todas as companheiras da AMPAC, à conselheira tutelar Nery que desde muito nova vem lutando arduamente pelo seu espaço, à moradora e minha amiga Amélia por toda ajuda e carinho para com a minha pesquisa.

Agradeço aos membros do Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais e Espaço Urbano – MSEU, pelos momentos de diálogo, de trocas e crescimento.

A Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia – FACEPE, pela bolsa na modalidade de Iniciação Científica, que me proporcionou durante um período a construção desta pesquisa e vem incentivando a ciência, ensino e extensão no estado de Pernambuco.

Por fim, agradeço ao meu orientador, cuja dedicação, paciência e orientação foram essenciais para a realização desta pesquisa. Os direcionamentos e a sua capacidade de tornar a Geografia uma ciência tão incrível permitiram o desenvolvimento deste trabalho com mais leveza. Sou grata por tudo, de coração!

Este momento é tanto de vocês quanto meu. Esse trabalho é fruto de um esforço coletivo. A todas e todos, meu muito obrigada!

*“Me movo como educador, porque, primeiro,  
me movo como gente.” Paulo Freire*

## RESUMO

Esta pesquisa se propõe a estudar os movimentos e articulações promovidas pelas moradoras da comunidade ribeirinha Coque, na cidade do Recife, contra as ameaças engendradas pelo modo de produção capitalista ao longo da sua formação histórico-territorial, relacionando a abordagem interseccional como uma ferramenta política e pedagógica no ensino da Geografia, que visa contribuir com o empoderamento autonomista feminino, bem como com a desnaturalização das desigualdades na cidade. Para tanto, a pesquisa, de caráter qualitativo, iniciou-se por meio de investigação documental e bibliográfica, em seguida observação assistemática e coleta de informações, posteriormente as entrevistas e no fim o tratamento e a análise dos dados obtidos. Observa-se por meio dos resultados, que as mulheres estão quebrando os estigmas do patriarcado que carregam na medida em que desempenham esse protagonismo, reforçando a perspectiva interseccional entre gênero, raça e classe no espaço urbano. Isto ficou claro com as entrevistas, onde das 28 entrevistadas 50% residem há mais de 60 anos, fortalecendo o vínculo com o território, impulsionando mobilizações, e refletindo no quantitativo de mulheres que participam ativamente dos movimentos, cerca de 90%. Mesmo enfrentando o machismo, essas mulheres, se colocam como agentes fundamentais na luta pelo direito à cidade.

**Palavras-chaves:** Resistência; Ilha Joana Bezerra; Conflitos; Socioespacial; Ciência Geográfica; Especulação Imobiliária.

## RESUMEN

Esta investigación se propone estudiar los movimientos y articulaciones promovidos por las residentes de la comunidad ribereña Coque, en la ciudad de Recife, contra las amenazas engendradas por el modo de producción capitalista a lo largo de su formación histórico-territorial, relacionando el enfoque interseccional como una herramienta política y pedagógica en la enseñanza de la Geografía, que busca contribuir con el empoderamiento autonomista femenino, así como con la desnaturalización de las desigualdades en la ciudad. Para ello, la investigación de carácter cualitativo se inició mediante una investigación documental y bibliográfica, luego la observación asistemática y la recolección de información, posteriormente las entrevistas y al final el tratamiento y el análisis de los datos obtenidos. Se observa a través de los resultados que las mujeres están rompiendo los estigmas que cargan a medida que desempeñan este protagonismo, reforzando la perspectiva interseccional entre género, raza y clase en el espacio urbano.

Palabras clave: Resistencia; Conflictos; Socioespacial; Ciencia Geográfica; Especulación Inmobiliaria.

## ABSTRACT

This research aims to study the movements and articulations promoted by the women of the riverside community of Coque, in the city of Recife, against the threats engendered by the capitalist mode of production throughout its historical-territorial formation, relating the intersectional approach as a political and pedagogical tool in the teaching of Geography, which aims to contribute to women's autonomist empowerment, as well as to the denaturalization of inequalities in the city. To this end, the qualitative research began with documentary and bibliographic investigation, followed by unsystematic observation and information gathering, then interviews, and finally the treatment and analysis of the obtained data. It is observed through the results that women are breaking the stigmas they carry as they take on this leading role, reinforcing the intersectional perspective between gender, race, and class in the urban space.

Keywords: Resistance; Conflicts; Socio-spatial; Geographic Science; Real Estate Speculation.

## **LISTA DE ABREVIACES**

<b>BNCC</b>	Base Nacional Comum Curricular
<b>CFICF</b>	Complexo Fundiário Imobiliário Comercial e Financeiro
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>RMR</b>	Região Metropolitana do Recife
<b>RPA</b>	Região Político Administrativa
<b>ZEIS</b>	Zona Especial de Interesse Social

## SUMÁRIO

	Pág.
1. Introdução.....	11
2. Metodologia .....	15
2.1 Área de estudo .....	15
2.2 Materiais e métodos .....	17
3. Processo de formação histórico-territorial da comunidade ribeirinha Coque, Recife.....	18
4. Empoderamento autonomista das mulheres no enfrentamento às ações urbanísticas no Coque.....	24
5. A interseccionalidade como uma proposta política e pedagógica para o ensino de geografia nos territórios violados.....	30
5.1 Plano de aula territorializado.....	33
6. Considerações finais.....	36
7. Referências Bibliográficas .....	38

## 1. INTRODUÇÃO

O direito à moradia é um dos direitos sociais básicos, estabelecido no artigo 6º da Constituição Federal de 1988, e não se restringe apenas à ocupação de uma determinada área, mas se manifesta por meio de uma ocupação digna, segura e adequada (BRASIL, 1988). O Estatuto da Cidade (2001), no Art. 2º, diretriz I, estabelece a garantia do direito à cidade sustentável, que pode ser entendido como o direito à terra urbana, à moradia, à infraestrutura, aos serviços básicos, ao saneamento ambiental, ao trabalho e ao lazer para as atuais e futuras gerações.

Na configuração capitalista liberal do espaço, nota-se a necessidade de produzir e controlar territórios por meio de legislações urbanas sobre edificações, sistema viário e acesso ao lazer, atendendo aos seus interesses e alimentando cada vez mais o modo de produção capitalista (VILLAÇA, 1998). Esse processo afasta social, cultural e fisicamente as classes populares das formas de interação coletiva no espaço, o que, segundo Malheiros e Madeira (2023), estimula a injustiça espacial nas cidades.

Observa-se, portanto, a debilidade estabelecida em relação aos menos favorecidos no contexto urbano capitalista, restando-lhes a precariedade da sua vida, com poucas opções de lazer, árduas horas no transporte público, trabalhos análogos à escravidão e a inacessibilidade aos serviços básicos. Segundo Lefebvre (1972), a lógica desse complexo atua na transformação da cidade, engendrando contradições e conflitos permanentes. Isso foi reforçado por Santos (1986), ao comparar o território a um campo de forças, visto que a formação territorial desigual não favorece a todos/as que habitam a cidade.

Diante desse panorama, observa-se a presença da comunidade ribeirinha do Coque, situada na cidade do Recife. Às margens do rio Capibaribe, a área carrega consigo uma importância econômica urbana e um legado de conflitos e lutas pela permanência de seus habitantes no território ao longo de sua formação histórico-territorial. A comunidade sofre constantemente ameaças permanentes de demolição e desapropriação de imóveis, impulsionadas pela especulação imobiliária do setor privado, criando o cenário para a atuação de diversas mulheres que desempenham seu protagonismo autonomista, reforçando a perspectiva de gênero, articulada as de raça e classe na cidade e buscando o reconhecimento do direito de viver com dignidade em seus territórios. Pelo seu

protagonismo, essas mulheres também estão quebrando os estigmas que carregam, especialmente em uma sociedade patriarcal marcada pela violação e exploração de gênero.

Portanto, o estudo do papel feminino em territórios ribeirinhos, como no caso da comunidade Coque, em Recife, é essencial para que a sociedade compreenda a importância e a necessidade de enfatizar o protagonismo feminino nos movimentos de resistência urbanos e no processo de democratização do país. Isso, certamente, contribuirá para o alcance do respeito às mulheres e o bem-viver da população por meio da produção do espaço urbano. Considerando a Geografia uma ciência que analisa a interação da sociedade e natureza, com compromissos sociais e que busca, em uma perspectiva social, combater as estruturas patriarcais e os privilégios de classe, faz-se pertinente compreender as articulações e mobilizações promovidas pelas mulheres no espaço urbano, bem como utilizá-las como uma ferramenta pedagógica no ensino.

Ademais, nota-se que a questão de gênero tem ganhado cada vez mais visibilidade nas discussões em sala de aula, uma vez que discutir esse conceito é compreender a construção social e as relações, com base nas diferenças entre os sexos, que também reflete nas estruturas de poder no espaço (SCOTT, 1995). No entanto, segundo Moreira e Empinotti (2023), o debate sobre o protagonismo feminino nas lutas sociais relacionadas ao planejamento do Brasil ainda precisa de mais ênfase. A partir dessa perspectiva, o problema central desta pesquisa é questionar como as mulheres moradoras da comunidade ribeirinha do Coque, em Recife, se articulam e se mobilizam contra as ações higienistas, segundo Muniz (2022), os higienistas evidenciam a necessidade de intervenção sobre o espaço da habitação e sobre o espaço urbano para justificar exclusão social. Vinculadas aos privilégios das classes dominantes, e como a Geografia pode contribuir pedagogicamente e politicamente com a resolução desse problema.

Sendo assim, a pesquisa tem como objetivo principal analisar o papel das mulheres na atuação dos movimentos de resistência e luta por moradias dignas, combatendo a segregação residencial na comunidade ribeirinha no bairro Coque, Recife, por meio das práticas políticas pedagógicas promovidas pelos grupos sociais, ONGS, coletivos, que se articulam e se organizam com a participação das moradoras locais.

No que se referem aos objetivos específicos, busca-se: apresentar a problemática referente ao processo de formação histórico-territorial da comunidade Coque, Recife; evidenciar a força e o protagonismo das mulheres no que tange ao processo de resistência na comunidade ribeirinha Coque; e, apresentar uma proposta pedagógica para o ensino básico voltada à interseccionalidade como ferramenta de conhecimento e política para o ensino da geografia que trata dos elementos gênero, raça – que para Hooks (1995), considera que o sexismo e o racismo, atuando juntos, reflete como a mulher é vista e tratada socialmente à luz de uma visão limitadora e patriarcal - e classe, de acordo com Souza (2012), o termo é o principal ponto de exclusão social, sobretudo em territórios violados, pois segundo Souza (2001) o conceito de território compreende o “espaço das relações de poder”.

Para atingir os objetivos mencionados, após o primeiro tópico referente a introdução com a contextualização geral sobre o tema, a exposição de ideias centrais e a apresentação dos objetivos, a pesquisa foi organizada desta forma:

O tópico 2 da pesquisa, intitulado metodologia, apresenta a caracterização da área de estudo e em seguida, os materiais e métodos, com a finalidade de apresentar a abordagem escolhida para a realização da pesquisa, bem como as etapas processuais.

Posteriormente, no desenvolvimento do trabalho, o tópico 3, processo de formação histórico-territorial da comunidade ribeirinha Coque, Recife, apresenta a construção do território Coque, a formação do bairro e as suas problemáticas socioespaciais.

No quarto tópico intitulado de Empoderamento autonomista das mulheres no enfrentamento às ações urbanísticas no Coque, aborda a trajetória de algumas moradoras do bairro e as suas articulações permanentes pela preservação do seu espaço dentro da comunidade e como agentes sociais.

No tópico cinco, cujo título: Interseccionalidade como uma proposta política e pedagógica para o ensino da Geografia nos territórios violados, apresenta o conceito interseccional como uma ferramenta pedagógica e política, que leva em consideração as diversas identidades e experiências sobrepostas, que afetam as vivências e os territórios das pessoas e desnaturaliza as desigualdades estabelecidas na sociedade.

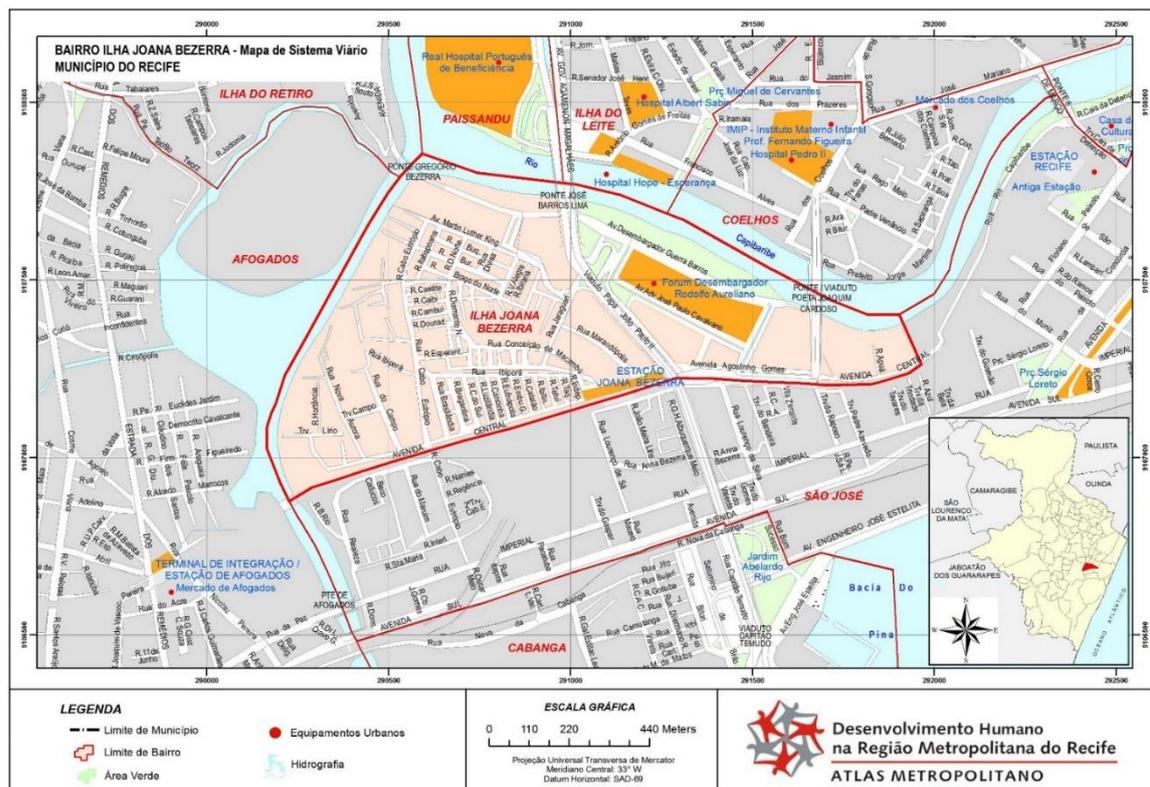
No sexto t3pico, as considera33es finais foram estabelecidas pelas conex33es entre o material te33rico e as observa33es em campo, destacando os pontos que evidenciaram a problem33tica tratada.

## 2 METODOLOGIA

### 2.1 Área de estudo

A comunidade ribeirinha, Coque (figura 1), está localizada às margens do rio Capibaribe, na Região Metropolitana do Recife (RMR), na capital pernambucana, totalizando uma extensão territorial de aproximadamente 87 hectares. A sua posição geográfica é bastante estratégica, pois é uma área que interliga o centro histórico do Recife a Zona Sul da capital. Além disso, está próxima dos bairros Afogados, Ilha do Leite – que exerce uma importância para economia urbana por ser um complexo hospitalar –, Ilha do Retiro, Paissandu, Coelhos, São José e Cabanga.

Figura 1 – Bairro Coque, Recife



Fonte: Recife, 2024.

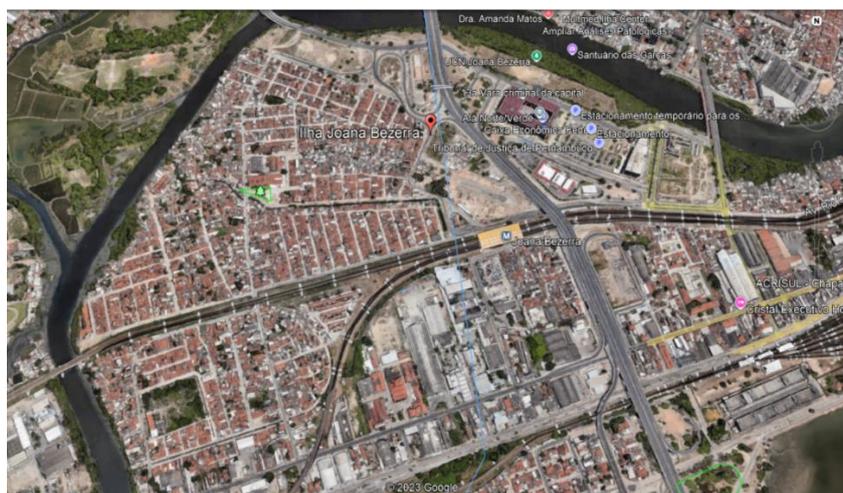
De acordo com Camboim e Gomes (2016), o Coque é considerado uma ilha (Ilha Joana Bezerra) (Figura 1), inserido na RPA 1. Está situado também às margens de uma avenida que desempenha um importante tráfego norte-sul, a Agamenon Magalhães, além de ser um dos principais eixos de conexão via metrô entre o centro e a RMR, no sentido Leste-Oeste. Essa localização geográfica estratégica põe em risco a permanência dos/as

moradores/as do local. Pois ainda de acordo com as autoras, os/as mesmos/as convivem com o medo e a insegurança da expulsão, mas, em contrapartida, torna o território um lugar de movimentos populares pelo direito à cidade e ao bem viver.

Segundo Vasconcellos (2013), o Coque apresenta o pior índice de Desenvolvimento Humano no Recife e quase metade da população recebe até um salário mínimo, cerca de 43% dos/as moradores/as do local. O IBGE (2010), além disso, demonstra que a maioria dos/as moradores/as é declarada parda 58%, brancos 25% e pretos 17%.

O bairro integra a área de Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), segundo Luciene (2014), ou seja, correspondem às áreas urbanas caracterizadas como assentamentos habitacionais que se formaram e se consolidaram no espaço urbano e possuem normas urbanísticas especiais, no que tange no interesse social de promover a regularização e integração.

Figura 2 – Bairro Coque, Recife



Fonte: Captura realizada pela autora Google Earth Pro.

## 2.2 Materiais e métodos

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa de caráter qualitativo, foi estruturada em diferentes etapas, cada uma com objetivos específicos, a fim de obter êxito no desenvolvimento do trabalho. Inicialmente, foi realizada uma pesquisa documental e bibliográfica, com o objetivo de organizar o referencial teórico, possibilitando a compreensão e análise teórica do tema e território investigado.

Em seguida, a pesquisa de campo, realizada por meio da observação assistemática e coleta de informações no território, a fim de compreender as experiências das mulheres no Coque, Recife. Em seguida, as entrevistas foram realizadas (quadro 1), com 28 moradoras que atuam direta e indiretamente nos movimentos de resistência, por meio de perguntas padronizadas, seguindo um roteiro estabelecido, a fim de resgatar a história e as lutas das moradoras nos movimentos de resistência, para facilitar o tratamento e a análise das informações e dos dados.

Quadro 1 – Pesquisa para entrevista padronizada com as moradoras

Qual o seu nome?
Qual a sua idade?
Há quanto tempo mora na comunidade?
Participa de algum grupo/movimento na comunidade? Se sim, qual?
Se não, tem alguma experiência/vivência com algum grupo ou atividade promovida por eles?
Qual a maior conquista da comunidade?
Como você enxerga o seu território?
Você já sofreu algum preconceito por ser mulher?

### **3 PROCESSO DE FORMAÇÃO HISTÓRICO-TERRITORIAL DA COMUNIDADE RIBEIRINHA COQUE, RECIFE**

Segundo Silva e Silva (2008), as primeiras ocupações no Recife ocorreram com a vinda dos migrantes, em sua maioria constituída por negros, negras, descendentes de pessoas escravizadas da Zona da Mata, Agreste e Sertão do Nordeste; pessoas que fugiram da fome devido à sua expulsão do latifúndio. Esses migrantes construíram suas moradias – os mocambos - e reorganizaram suas vidas nos mocambos, sobre os terrenos alagadiços do Recife.

Elvir (2018) afirma que o Coque é um exemplo emblemático do processo de favelização, justamente por conta da distribuição desigual da propriedade da terra na zona rural, o que acarretou a migração massiva de homens e mulheres para as áreas urbanas. Como a cidade do Recife é cercada por rios, esses migrantes aterraram as áreas alagadas onde se estabeleciam, formando assim as comunidades ribeirinhas.

A comunidade ribeirinha Coque iniciou a ocupação do seu território por volta do começo do século XIX, às margens do rio Capibaribe, na cidade do Recife. Segundo Silva (2018), a paisagem urbana da época era composta por um volume significativo de mocambos nos terrenos alagados, como retratado por Melo Neto (1953):

Casas de lama negra há plantadas por essas ilhas (na enchente da maré elas navegam como ilhas); casas de lama negra daquela cidade anfíbia que existe por debaixo do Recife contado em Guias. Nela deságua a gente (como no mar deságuam rios) que de longe desceu em minha companhia; nela deságua a gente de existência imprecisa, no seu chão de lama entre água e terra indecisa (MELO NETO, 1953, p. 37).

O contexto social e histórico da época da ocupação inicial remete a um cenário de crescimento populacional na cidade do Recife. Segundo Silva (2018), esse período considerava os mocambos como um problema sanitário, o que revela a hierarquização e a manutenção elitista, racista e colonial, reproduzidas no território por meio das desigualdades vividas nos espaços destinados a negros/as e mestiços/as.

De acordo com Alencastro (2000), a palavra "mocambo" vem de "Mukambo", que significa cumeeira. Posteriormente, o termo passou a ser sinônimo de povoado de negros insurretos, sendo mais tarde substituído por "quilombo". Com o fim da escravidão oficial

no Brasil, os mocambos passaram a ser indicadores de lugares onde negros/as viviam, ou seja, habitações populares que se generalizaram em assentamentos muito precários.

Os/as mocambeiros/as eram pessoas sem recursos financeiros, que viviam em situação de precariedade socioeconômica e sem infraestrutura adequada, o que não difere muito da população favelada da realidade atual. Isso revela os contrastes na cidade entre as casas de brancos/as, construídas de forma mais segura, e as casas de negros/as, feitas com palhas, capim, zinco.

Estabeleceram-se desde então contrastes violentos de espaço dentro da área urbana e suburbana: o sobrado ou a chácara, grande e isolada, no alto, ou dominando espaços enormes; e as aldeias de mucambos e os cortiços de palhoças embaixo, um casebre por cima do outro, os moradores também, um por cima do outro, numa angústia anti-higiênica de espaço. Isto nas cidades de altos e baixos como o Rio de Janeiro e a capital da Bahia. No Recife, os contrastes de espaço não precisaram das diferenças de nível. Impuseram-se de outro modo: pelo contraste entre o solo preciosamente enxuto e o desprezivelmente alagado, onde se foram estendendo as aldeias de mucambos ou casas de palha (FREYRE, 1968, p. 234).

Francisco (2013) traz a concepção dos mocambos (Figura 3), como habitações precárias, em lugares improvisados, úmidos, alagados, logo, insalubres. Onde moradores/as viviam sem condições adequadas de higiene e saúde, o que resultou num processo de segregação e exclusão.

Figura 3 – Mocambos do Coque, Recife em 1970



Fonte: Ferreira (2011) apud (SILVA; SILVA, 2022).

Segundo Gominho (1997), as justificativas para a realização da exclusão social na época eram de que os mocambos atrapalhavam o projeto de modernização da cidade do Recife. Assim, eles eram considerados como "inimigos do progresso e primitivos", além de contrariar os princípios de higiene divulgados pelos médicos da capital, uma vez que não possuíam infraestrutura básica, como saneamento, rede de esgoto e estavam associados a habitações insalubres.

De acordo com Castilho (2023), o interventor Agamenon Magalhães instituiu a Liga Social contra o Mocambo (LSCM) com o objetivo de “limpar” o espaço urbano do Recife das populações que não interessavam ao projeto das classes dominantes. Silva (2018) afirma que a política de urbanização de Agamenon Magalhães combateu as mocambarias com estratégias de intervenções, mecanismos e procedimentos executados pelos órgãos públicos, refletindo de forma mais veemente o racismo estrutural naquela área.

Ao longo de todo o seu processo histórico de formação territorial, a comunidade é alvo de tentativas de remoção e violências. Posteriormente, por volta de 1970, ela foi alvo de conflitos entre o Estado e os/as moradores/as do Coque, pautados na ideia de desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife.

No mesmo período, ainda de acordo com esta autora, a comunidade se tornou alvo do assistencialismo estatal e da intervenção policial. O Coque passou a ser apresentado pelas mídias locais como um lugar que produzia e reproduzia a violência urbana, sendo, portanto, um lugar a ser evitado por ser considerado perigoso. Além de ser transmitido pelos veículos midiáticos locais como lugar de violência, o Coque foi percebido como um problema a ser erradicado.

No entanto, sabe-se que o Coque é produto da violência estrutural que se agravou ao longo do processo histórico de urbanização brasileira, por meio da distribuição desigual, dos recursos e dos serviços sociais básicos.

As notícias sobre violência na comunidade são as mais pautadas pelo jornal, que majoritariamente dá prioridade a enquadramentos **individualizados**. As notinhas (ou “colunões”) são o formato principal utilizado para veicular tais notícias que, em 50%, se trataram de versões totalmente descontextualizadas dos fatos e fechadas nos atos violentos em si. (MORAIS, 2019, p. 42)

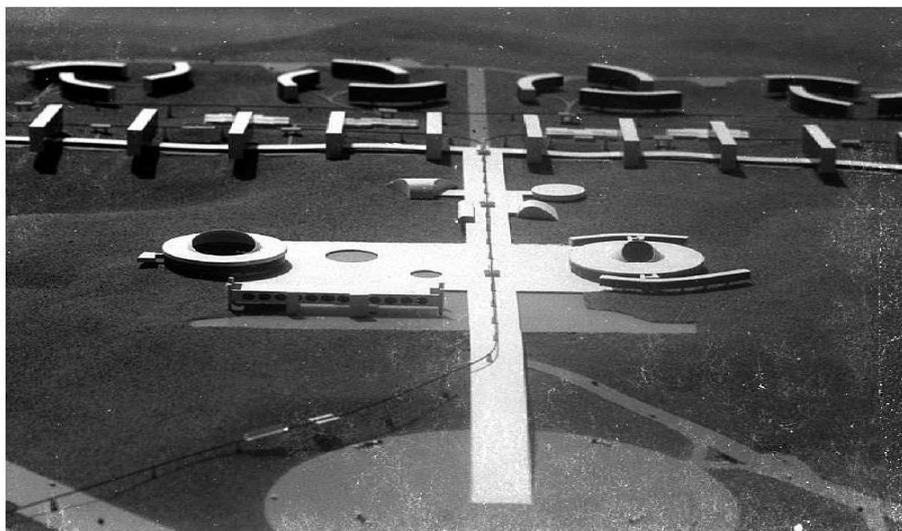
Ainda nessa mesma época, de acordo com Freitas (2005), uma grande ameaça marcava o contexto daquela área, que havia sido aterrada e valorizada economicamente. A intervenção policial obrigava os/as moradores/as a desocuparem as suas moradias, devido às pressões inerentes aos interesses especulativos.

Para lutar contra tais pessoas, vinculadas aos interesses das classes dominantes, nesse mesmo período, moradores/as foram se articulando para reivindicarem a posse dos terrenos e melhorias em termos da infraestrutura e prestação dos serviços básicos nas áreas mais afetadas pela pobreza e o descaso do Poder Público.

Segundo Bernardino (2015), no ano de 1979, o Coque, que se estabelecera um terreno que era um bem da União, teve seu terreno acrescido de marinha e foi cedido pela União Federal ao município do Recife, por meio do contrato de Cessão de Aforamento. Tal pedido se justificou pelo município em razão de envolver “assunto de relevância social para a população recifense”.

Ainda de acordo com esta autora (2019), o pedido de cessão da área estava relacionado, em princípio para sanar as demandas por serviços sociais básicos das populações que ocuparam aquela área. Mas o documento menciona apenas que o terreno cedido ao município deveria ser utilizado para execução de projeto urbanístico em um prazo de no máximo cinco anos e não especifica nada sobre o projeto. Chegou-se a elaborar um projeto animado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, intitulado de Centro Administrativo de Pernambuco (Figura 4), mas não foi executado em função dos interesses distintos e conflitos em relação a área.

Figura 4: Projeto do Centro Administrativo de Pernambuco



Fonte: Fundação Oscar Niemeyer (2025).

Segundo Aguiar e Araújo (2019), houve uma iniciativa de resolução desses conflitos, por conta da transferência do domínio útil das áreas situadas em terras da União, pela prefeitura do Recife. Essa proposta fez parte do projeto de regularização do “Vale do Capibaribe”, a qual delimitava 134 hectares, que contemplavam além do Coque, a Ilha do Zeca, o Fórum do Recife e a Vila Brasil (Figura 5).

Figura 5 – Zoneamento do contrato de cessão de aforamento da União para a prefeitura do Recife de 1979 e os elementos nela inseridos



Fonte: Aguiar e Araújo (2020).

Ainda nos anos de 1980, o processo de democratização do Brasil, impulsionou o surgimento de esforços que garantissem o direito à moradia, no âmbito dos debates sobre o direito à cidade para toda população de baixa renda. Sendo assim, na capital pernambucana, em 1983, instituíram-se as Zonas Especiais de Interesses Sociais (ZEIS), que garantiram o direito de permanência no local ocupado, bem como melhores condições de infraestrutura, regularização fundiária dos assentamentos e recuperação ambiental.

Esse instrumento de legislação urbanística representou uma mudança institucional bastante significativa, pois segundo Aguiar e Araújo (2019), o Coque passou a ser compreendido no âmbito da garantia da permanência da sua população assentada, protegendo-a das ameaças da especulação imobiliária, pelo menos em princípio.

Nessa conjuntura, Camboim e Gomes (2016), afirmam que o Coque ao longo de todo o processo histórico de formação do seu território, foi afetado pela especulação imobiliária e pelas intervenções que afetaram as vidas de moradores/as, mesmo estando “protegido” pela ZEIS. Além disso, os estigmas sociais atribuídos à comunidade – como,

por exemplo, os de lugar da violência, morada da morte, pobreza - dificultam o acesso a serviços básicos, reforçando a situação de segregação socioespacial.

Em 1984, o plano urbanístico possibilitou algumas melhorias na infraestrutura, tais como, a construção de escolas, posto de saúde, colocação de postes de iluminação, pavimentação de ruas; porém, a comunidade ainda enfrenta problemas quanto à ausência de infraestrutura e precariedade na prestação dos serviços básicos.

Vários casos de expulsões de famílias e disputas judiciais são relatados desde a década de 1980. A este respeito, em nome do “interesse público”, a instalação do metrô resultou na expulsão de 700 famílias. A construção do fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, as obras de retificação do canal, construção do viaduto e a ampliação do Terminal Integrado em 2012, entre outras obras, removeram famílias, suas casas, desrespeitando a lei ZEIS e as histórias de vida de cada pessoa.

Lucienne (2014) afirma que o caso mais recente de remoção aconteceu em 2013, onde feirantes foram expulsos devido à construção de um muro e às obras no canal Ibioporã, que removeram diversas famílias que ali residiam. Ou seja, a questão fundiária coloca as populações em situação de vulnerabilidade.

Tais acontecimentos suscitaram resistências e conflitos, que fazem do Coque um lugar de luta por moradias, pela posse da terra e contra as políticas de urbanização promovidas pelos órgãos públicos articuladas aos interesses do Complexo Fundiário Imobiliário Comercial e Financeiro (CFICF), o qual refere-se à articulação dos interesses especulativos que norteiam a urbanização brasileira.

A lógica desse complexo no âmbito da produção capitalista do espaço, segundo Lefebvre (1972), atua na transformação da cidade, engendrando contradições e conflitos. O que foi reforçado por Santos (1986) quando comparou o território a um campo de forças. Portanto, tem-se uma formação territorial desigual que não favorece a todos/as que estão na cidade

A comunidade do Coque, ao longo da sua formação histórico-territorial, é uma das que sofre ameaças permanentes de demolição e desapropriação pela referida especulação imobiliária do setor privado, desrespeitando a sua história, a legislação urbanística existente e não provendo os serviços básicos para os/as moradores/as.

Todavia, como o processo histórico-territorial da sociedade suscita contradições, nem todo mundo se conforma a se calar diante desse estado de coisas.

#### 4 EMPODERAMENTO AUTONOMISTA DAS MULHERES NO ENFRENTAMENTO ÀS AÇÕES URBANÍSTICAS NO COQUE

Ao observar a trajetória de algumas moradoras do bairro Coque (Figura 6), na cidade do Recife, nota-se o exercício diário na luta por melhores condições de moradia, infraestrutura digna e pelo reconhecimento das suas histórias na luta permanente pela preservação do seu espaço dentro da comunidade.

A área da pesquisa carrega consigo um legado de conflitos pela permanência das pessoas no território, devido à sua posição geográfica estratégica a qual, segundo Castilho et al. (2018), acha-se ameaçada pelo Complexo Fundiário Imobiliário Comercial e Financeiro (CFICF) em função da força da especulação imobiliária.

Figura 6 – Mulheres integrantes de grupos da comunidade Coque, Recife



Fonte: Montagem realizada pela autora com autorização das mulheres protagonistas das fotos.

No entanto, a história é contraditória e marcada por movimentos de resistência na busca pelo direito de viver nos seus próprios territórios. As mulheres do bairro – muitas das quais negras – participam dessas lutas desde a sua formação de modo ativo e global. Por meio do seu engajamento nas lutas pela permanência no território e pelos direitos políticos, sociais e comunitários, as mulheres estão quebrando os estigmas que carregam, sobretudo em uma sociedade patriarcal como a nossa, onde a violação e a exploração das mulheres são problemas marcantes e estruturais na sociedade. Na medida em que desempenham esse protagonismo, elas reforçam a perspectiva da interseccionalidade entre gênero, raça e classe na cidade.

Em entrevista cedida pela dirigente do setor de gênero do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), Rosa Luxemburgo, Lucinéia Miranda de Freitas, afirma que “as mulheres têm pertencimento, por isso, defendem com intensidade o território”. Esse sentimento de pertencimento é um legado que é passado de geração em geração, por meio das histórias e dos exemplos de vida. Isso condiz com as observações e os relatos, mas também com as manifestações e ações das mulheres na comunidade, nos atos de resistência contra as ameaças do CFICF e nas atividades realizadas dentro e fora do Coque.

Para Gohn (2007), as mulheres são maioria nos movimentos populares nos bairros, engajando-se e atuando nas associações comunitárias e ações coletivas públicas na luta por moradia digna, infraestrutura adequada e direitos básicos, e, segundo Santos (1987), pelo direito ao entorno, invalidado pelos processos produtivos.

E o direito ao entorno? Ele está nos livros e nos discursos oficiais, mas ainda está muito longe de uma implementação. Que dizer, por exemplo, das mudanças brutais que se operam na paisagem e no meio ambiente, sem a menor consideração pelas pessoas? A lei é a do processo produtivo, cujos resultados ofendem, expulsam e desenraízam as pessoas, e não a lei que assegure o direito à cidade ou, ao menos, o direito ao entorno. (SANTOS, 1987, p. 124).

As ações protagonizadas pelas mulheres são fundamentais para a comunidade, pois fortalece os movimentos de resistência e de preservação do seu território, abrangendo as áreas pedagógicas, sociais, políticas, culturais e de lazer inerentes à sua existência. São iniciativas essenciais que garantem a representação feminina nos movimentos e, conseqüentemente, promovem mudanças no significado do papel da mulher, mediante os desafios enfrentados na nossa sociedade marcada pela misoginia, sexismo e machismo, mesmo elas sendo maioria.

De acordo com Carneiro (2003), o movimento das mulheres no Brasil é um dos responsáveis pelas contribuições no processo de democratização do Estado e na formulação de políticas públicas voltadas à igualdade de gênero e ao combate e discriminação contra as mulheres. Esse movimento tem contribuído no processo de quebra de estigmas e tabus, o que precisa ser percebido por toda sociedade porque ainda há resquícios preconceituosos do período colonial.

Deste modo, sob o capitalismo, o processo de segregação social e espacial, bem como a precarização de vida das classes populares, demonstram luta coletiva na cidade, no âmbito da qual se achou a luta das mulheres, as quais além de brigarem pelo direito de

viver sustentavelmente, lutam ao mesmo tempo pelo valor de uso da moradia e dos espaços ligados ao seu protagonismo (HELENE, 2019).

Segundo Pinto (2011), as mulheres, historicamente, estão em posição de desvantagem em relação aos seus papéis sociais. Concomitantemente, Chauí (1985) afirma que o sexo feminino é visto como dependente emocional e economicamente, na medida em que as mulheres são definidas como seres para os outros e não como seres com os outros e as suas vidas são limitadas aos espaços privados, à família e às atividades domésticas.

Em concordância com a autora, as moradoras que residem a mais de 40 e 60 anos, relataram que as suas lutas são permanentes na medida em que elas brigam até para colocarem a comida na mesa, educarem os seus filhos, com uma intensidade muito maior só pelo fato de serem mulheres.

Visto que grande parte de quem reside no Coque é constituída por cerca de 54% de mulheres da população total do território local, sobretudo mães em situação monoparental, o ato de se colocar e participar dos movimentos sociais as tornam novos sujeitos sociais, segundo Saffioti (1987), contribuindo, assim, na quebra do paradigma e subordinação em relação ao sexo masculino.

Observa-se aí a atuação para com o sexismo estabelecido nas relações que, segundo Carneiro (2003), pelas suas colocações e participações, transformam-nas em novos sujeitos políticos, assumindo a partir do lugar em que estão inseridas, diversos olhares que fomentam a luta pela quebra do paradigma da construção social dominada pela supremacia masculina. Neste paradigma, as mulheres são subordinadas e consideradas inferiores, pois são vistas como frágeis e emotivas, enquanto os homens fortes e racionais (SAFFIOTI, 1987).

Na busca pela libertação às várias formas de opressão de gênero, o protagonismo das mulheres contraria a negação do seu exercício diário e essencial por meio das suas práticas autonomistas. As mobilizações articuladas por elas, surgiram como elemento essencial que se materializou como movimento social, levantando questionamentos acerca das relações entre gênero e poder, quebrando estigmas e tabus associados aos seus respectivos territórios e ao seu papel social (SILVA, 2014).

Baseado nos relatos de suas moradoras, o Coque é visto e descrito como um lugar de resistência, diferente dos estigmas associados à comunidade, sobretudo aqueles que, como citados na seção anterior, são repassados nas mídias alimentados pela elite, os quais

propagam as dores dos/as moradores/as e apagam as riquezas do local, repassando à população uma imagem de miséria e violência.

Diante do acima exposto, percebeu-se a contínua atuação das mulheres ao longo da formação territorial do Coque, à medida que atuam no movimento de resistência pela permanência no território, pelo acesso a bens de consumo coletivo e pelo respeito às suas histórias e espaço.

De acordo com as entrevistas realizadas com 28 moradoras da comunidade, 50% das entrevistadas moram há mais de 60 anos, enquanto que 25% há mais de 40 anos e também 25% há mais de 15 anos. O longo tempo de moradia no território foi suficiente para o estabelecimento de laços topofílicos<sup>1</sup> com o espaço, suscitando a organização e mobilização por melhorias para o território.

Destaca-se também, apesar do movimento de defesa, diferentes perspectivas e comportamentos em função das experiências e histórias entre as moradoras, que são consequências das suas relações distintas com a comunidade. Observa-se que as moradoras mais antigas, participam fortemente nos movimentos de defesa, das entrevistadas, apenas 20% – correspondente às moradoras mais novas - não atuaram ou atuam ativamente nos grupos, mas indiretamente, participam deles, apoiando e reconhecendo a luta e o papel das mulheres nessa perspectiva.

Além disso, 60% das entrevistadas, afirmam que a maior conquista alcançada ao longo dos anos de luta na comunidade, foi o fortalecimento dos movimentos de resistência. Neste caso, 30% das entrevistadas afirmaram que as ações e mobilizações pedagógicas, sociais, culturais, de lazer e serviços básicos promovidas por projetos sociais locais, são as maiores conquistas; outros 10% correspondem às melhorias na infraestrutura espacial da comunidade, como por exemplo: iluminação, construção de escolas e creches e calçamento. Percebe-se que as ações resultantes do protagonismo das mulheres contribuem também na dinamicidade e democratização do espaço, que carrega consigo as negações, imposições e preconceitos.

Em um cenário de segregação e marginalização em relação às classes populares e ao seu respectivo território, a comunidade ribeirinha Coque vem lutando por direitos, ao mesmo tempo, pelo resgate da sua condição de ZEIS. As falas das entrevistadas, denunciam que a ZEIS perdeu o significado e a sua relevância, tornando-o território vulnerável mediante as expulsões promovidas em área desmembrada, sobretudo pelo

---

<sup>1</sup> Segundo Tuan (1980, p. 4), a topofilia é o elo afetivo entre as pessoas e os lugares, conceito vívido, concreto como experiência pessoal.

setor imobiliário, prejudicando economicamente, socialmente e ambientalmente os/as moradores/as do território.

Neste sentido, elas se organizam e participam, conforme o Estatuto da Cidade<sup>2</sup> aponta nas suas diretrizes, das mobilizações pelo direito à terra urbana e pelo direito de viver de forma digna. Tal participação é espelhada nas respostas obtidas com as moradoras, onde cerca de 90% afirmam conhecer ao menos uma mulher engajada em grupos, coletivos e movimentos de resistência e valorização da moradia local.

De acordo com Silva (2014), a inserção das mulheres nos espaços de luta reivindicativa pelo direito à cidade, desnaturaliza os papéis estabelecidos numa sociedade patriarcal, machista e sexista. Isso é observado nas entrevistas, onde as mulheres que estão nas organizações, já sofreram com o machismo dentro da comunidade, razão pela qual precisaram se impor com altivez até serem ouvidas e respeitadas. Foi um processo notório para o território, pois em todas as entrevistas e respostas, o papel das mulheres é reconhecido como fundamental para o movimento de resistência do Coque.

Para Gouveia (2005), as mulheres são ocultadas dos espaços políticos decisórios, mesmo sendo fundamentais nos papéis de liderança, nos papéis políticos, nas pautas ambientais, sociais, urbanas. O que, na prática, não tem sustentação na medida em que as mulheres lideram as lutas nos grupos no Coque, nos movimentos, nas associações, como representantes de órgãos permanentes da administração pública local.

De acordo com as entrevistadas, as mulheres que estão ativas nas organizações, sofreram com o machismo dentro mesmo da comunidade, razão pela qual precisaram se impor com altivez até serem ouvidas e respeitadas. Foi um processo notório para o território, pois em todas as entrevistas e respostas, o papel da mulher é reconhecido como fundamental para o movimento de resistência do Coque.

Neste sentido, o engajamento feminino numa perspectiva política, social, ambiental e pedagógica resiste a essa situação, buscando o direito de viver no seu espaço de forma digna, tendo acesso aos serviços sociais básicos e ao lazer. Com isso, podemos afirmar que o movimento articulado e organizado por mulheres, tornou-se indispensável

---

<sup>2</sup> **Art. 2º** A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da Cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – Garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110257.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm). Acesso em: 25 jul. 2024.

para o bem-estar da população, pois promovem ações que beneficiam os/as moradores/as locais, sendo reconhecido pela maioria.

As participantes da pesquisa enfatizaram que a sua realidade é desafiadora e que os problemas enfrentados por elas na comunidade demonstram a vulnerabilidade social em que vivem e enfatizam o machismo e o sexismo. Ademais, os desafios relacionados aos estigmas que a comunidade carrega, bem como as pressões relacionadas às expulsões promovidas pelo setor imobiliário intensificam o cenário de segregação socioespacial, mas ao mesmo tempo reflete os resquícios de uma sociedade patriarcal.

Portanto, além do protagonismo feminino ser importante para a comunidade no sentido de preservação do território, essa mobilização fortalece a importância dos seus papéis e diminuem a carga, superando as barreiras que subestimam o papel dessas moradoras nas lutas socioespaciais.

## **5 A INTERSECCIONALIDADE COMO UMA PROPOSTA POLÍTICA E PEDAGÓGICA PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA NOS TERRITÓRIOS VIOLADOS**

Segundo Sousa (2017), o conceito de interseccionalidade foi criado por Kimberlé Crenshaw, mulher negra, professora de Direito na Universidade da Califórnia e na Universidade de Columbia, pesquisadora e ativista de Direitos Humanos. O termo tem ganhado cada vez mais espaço nas discussões, mas ainda necessita de maior reconhecimento, especialmente para a compreensão do espaço urbano.

O conceito trata especificamente da forma como o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios geram desigualdades estruturais que organizam as posições relativas de mulheres, mas também fatores como: raças, classes, etnias e outros grupos sociais. Além disso, aborda a maneira como ações e políticas específicas geram opressões, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002).

Ou seja, a interseccionalidade busca compreender como diferentes marcadores sociais interagem e se sobrepõem nas vidas, relações sociais e no espaço. Ao revelar os sistemas de opressão de forma conectada, ela se torna essencial para entender a relação das mulheres – muitas das quais negras - que residem na comunidade ribeirinha do Coque. Essa compreensão é fundamental para analisarmos a complexidade enfrentada por elas em sua luta contra a marginalização e a exclusão de seu papel social, além da preservação de seu território.

Gonzales (1984) destaca a necessidade de se fazer reflexão sobre a representação da mulher negra, que é maioria nos territórios violados pelas tentativas engendradas sob o modo de produção capitalista, nas discussões sociais, espaciais e econômicas.

Muitas vezes, essa representação não leva em conta toda a complexidade que envolve a realidade das mulheres, sendo apresentada de forma reducionista, com uma visão subjetiva e limitada. Assis (2018), afirma que as violências sofridas pelas mulheres negras apresentam características típicas e ocorrem de formas variadas e uma delas é o apagamento e o desempoderamento.

Por isso, a interseccionalidade vê-se como uma proposta atuando como uma ferramenta pedagógica e política na sociedade, oferecendo uma análise mais completa das formas e realidades sociais, levando em consideração as diversas identidades e

experiências sobrepostas, que afetam as vivências e os territórios das pessoas, o que reforça o argumento de Collins (2020, p. 10).

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas.

Analisando o feminismo e a interseccionalidade em sua essência, observa-se uma relação estreita entre ambos, pois questionam e criticam as estruturas de poder, bem como as desigualdades estabelecidas e promovidas na sociedade. Essas correntes se entrelaçam nas lutas contra o patriarcado e a construção de uma abordagem mais inclusiva, ética e empática, que não apenas reconhece as desigualdades de gênero, mas também leva em consideração outros fatores, como raça, idade, poder, classe social, localização geográfica, credo experiências e muitos outros.

Cupertino (2014) afirma que o estudo do gênero na produção do espaço favorece uma abordagem voltada para a desnaturalização das desigualdades entre gênero, classes e poder. Essa conexão propõe uma análise mais profunda das formas de discriminação que afetam as mulheres, em sua maioria negras, que vivem em áreas periféricas e são sistematicamente desrespeitadas, levando em conta todas as dimensões das desigualdades.

Segundo Vasconcelos (2024), no campo das Ciências Geográficas, a interseccionalidade vem sendo adotada para examinar as formas como as interações entre os diferentes elementos afetam a produção do espaço, as relações sociais e as experiências das pessoas em contextos e lugares diversos. Busca-se compreender, acima de tudo, como os grupos sociais enfrentam a segregação socioespacial, exclusão e injustiças, por meio de análises e investigações, como, por exemplo, a distribuição desigual de terras, serviços, infraestrutura, segregação urbana, entre outros.

Quando aplicamos o conceito em epígrafe ao ensino da Geografia, sobretudo em territórios com uma história de resistência, os/as alunos/as passam a compreender os processos geográficos de maneira mais crítica, analítica e territorializada. Isso ocorre porque as vivências e identidades dos/as estudantes são levadas em consideração, bem como o seu respectivo território, além de se entender como o espaço geográfico é moldado, organizado e estruturado pelas formas de opressão que se interseccionam.

Trabalhando a proposta pedagógica e política no território da pesquisa voltada ao ensino da Geografia, podemos destacar os seguintes elementos que podem ser trabalhados nas aulas e até mesmo abertos a toda comunidade escolar:

- Gênero
- Raça
- Classes
- Localização geográfica
- Experiências
- Idades
- Saberes

Observa-se que a abordagem interseccional contribui para a quebra de estigmas e tabus associados às mulheres, mas também ao território pesquisado. Segundo Moraes (2009), o Coque foi adquirindo uma sombra “grossa e dura” de referências que rebaixam o próprio território, mas principalmente seus moradores/as, tornando-os/as invisíveis e rotulados com adjetivos negativos. Criando, assim, um cenário de violência e precariedade, resultado da falta de infraestrutura que priva a comunidade de direitos e serviços básicos. Ainda de acordo com a autora, o Coque não é apenas isso; a comunidade é (re) produtora de outros valores e bens sociais, como música, cultura, educação e, principalmente, pelo movimento de resistência que se vem fortalecendo ano após ano.

Por meio deste, conseguimos compreender a estruturação desigual do espaço, além de oferecer uma perspectiva importante ao ensino, pois explora como diferentes aspectos da identidade e das experiências humanas interagem, influenciando a forma como as pessoas vivenciam e interagem com o espaço e o território. Além disso, promove a empatia, a diversidade e a inclusão, a compreensão das dinâmicas sociais, a preservação dos saberes e tradições, o conhecimento regional, e o desenvolvimento de uma leitura crítica e analítica.

Essa abordagem pode ser um ponto de partida nas aulas de Geografia, trabalhando temas curriculares como urbanização, migrações, representações culturais, representações cartográficas, incentivando os trabalhos em grupo, debates e rodas de conversa com diferentes perspectivas, pesquisas de campo nos territórios envolvidos, leituras, análises e debates que problematizem as desigualdades. Além disso, o uso da interseccionalidade como ferramenta político-pedagógica incentiva o uso de recursos

didáticos que tratem da história e cultura de diversos grupos sociais, como mapas, infográficos e mídias em geral, que denunciem as desigualdades socioespaciais, e que promovam a leitura de materiais escritos por autores/as negros/as, indígenas e LGBTQIA+.

Nessa conjuntura, a ferramenta interseccional no ensino da Geografia, contribui para desconstrução da neutralidade enquanto sujeito, na nossa percepção de espaço, nos papéis exercidos por homens e mulheres, na construção social e no reconhecimento da existência dos/as sujeitos/as e a sua importância. Ou seja, ao aplicá-la nas aulas, nas análises, nos debates, que cercam o campo das Ciências Geográficas, facilita de forma mais precisa e coerente acerca das desigualdades socioespaciais, desafiando abordagens reducionistas.

Na necessidade de colocar em prática tudo o que foi mencionando anteriormente, pode-se observar abaixo uma proposta de plano de aula, elaborado pela autora o qual trabalha e abrange a interseccionalidade como ferramenta, levando em consideração as problemáticas referidas ao espaço pesquisado.

### **5.1 Plano de aula territorializado**

**Nome:** Escola Municipal Professor José da Costa Porto

**Localização:** Cabo Eutrópio, 660 Ilha Joana Bezerra. 50090-590 Recife - PE.

**Ano escolar:** 6º ano do Ensino Fundamental

**Modalidade:** Regular

**Tempo de aula:** 2 aulas geminadas de 50 minutos cada

**Componente Curricular:** Geografia

**Tema das aulas:** Espaço geográfico

**Habilidades BNCC:**

**EF06GE01:** Comparar modificações das paisagens nos lugares de vivência (bairro, cidade, estado) e os usos desses lugares em diferentes tempos.

**EF06GE02:** Analisar modificações de paisagens por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos originários.

**Unidade Temática:** O sujeito e o seu lugar no mundo.

**Objetos do Conhecimento:** Identidade sociocultural.

**Recursos:** Lápis, caneta, caderno, papel A4, quadro, piloto, lápis de colorir, hidrocor, giz de cera, cola, tesoura, imagens impressas, cartolina e régua.

**Objetivos:**

- Compreender o que é o espaço geográfico a partir de exemplos da sua realidade, levando em consideração como se formou e as transformações que aconteceram na comunidade do Coque, Recife/PE, e as diversidades e diferentes identidades encontradas nela;
- Identificar alguns grupos sociais a fim de trabalhar as questões gênero, raça, classe, etnia, localização geográfica e experiências (marcadores sobrepostos), permitindo que os/as alunos/as interajam com as suas vivências possibilitando o reconhecimento e o conhecimento desses diferentes elementos que se interagem e influenciam o território no qual a escola está inserida;
- Problematicar o território considerando a segregação socioespacial e atuação desses grupos no movimento de resistência e no fortalecimento da comunidade.

**Conteúdos:**

- Conceito de espaço geográfico;
- Tipos de espaço geográfico (urbano, rural) e as transformações;
- Urbanização e segregação socioespacial;
- Movimentos de resistência

<b>Tempo de aula 1</b>	<b>Método</b>
5 minutos	Organização da sala em círculo
30 minutos	Apresentação de forma expositiva dialogada do assunto/ conceitos. - O espaço geográfico como objeto de estudo da geografia; - Os tipos de espaço e as transformações; - Processo de urbanização; - Segregação socioespacial;
5 minutos	Reflexão geral/dúvidas
5 minutos	Chamada

<b>Tempo de aula 2</b>	<b>Método</b>
5 minutos	Retorno da turma, momento para os/as alunos/as se acalmarem e se acomodarem
30 minutos	Apresentação de forma expositiva dialogada sobre a comunidade Coque, a sua formação e as transformações que ocorreram ao longo do tempo. - Atuação dos movimentos de resistência e a sua importância. - Reflexão sobre a música de Chico Science e Nação Zumbi – Da lama ao caos.

10 minutos	Explicação da atividade em grupo e dúvidas
5 minutos	Chamada

**Avaliação:** A avaliação será diagnóstica e formativa/somativa. Por meio do estudo de caso na própria comunidade e dos próprios relatos dos/as alunos/as, a turma formará grupos e investigará como a comunidade é representada socialmente, culturalmente e politicamente, levando em consideração a representação importante das mulheres que atuam nos movimentos populares contra as ações urbanísticas na comunidade. Apresentando em cartazes com imagens, desenhos, textos o resultado das suas pesquisas para serem expostos a toda comunidade escolar nos corredores da instituição. Os alunos e as alunas serão avaliados/as pela participação e engajamento na atividade, além da criatividade, trabalho em grupo e capacidade de análise.

### Referências:

BRASIL. Estatuto da Cidade. 3ª ed. Brasília: Senado Federal, 2008. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70317/000070317.pdf>;

SANTOS, Milton. Por uma geografia nova: da crítica de geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Hucitec, 1986;

DA SILVA, R. K. F.; DA SILVA, D. R. F. COQUE - RECIFE: TERRITÓRIOS ANFÍBIOS DO CAPIBARIBE. Paisagens & Geografias, [S. l.], v. 4, n. Esp, 2022.

Disponível em: <https://paisagensegeografias.revistas.ufcg.edu.br/index.php/A1p7D/article/view/44>.

Acesso em: 17 jan. 2025.

FANTE, Eliege. “AS MULHERES TÊM PERTENCIMENTO, POR ISSO, DEFENDEM COM INTENSIDADE O TERRITÓRIO”. Fundação Rosa Luxemburgo – Brasil e Paraguai. Pinheiros, São Paulo (SP), 15 set. 2022. Disponível em:

<https://rosalux.org.br/as-mulheres-tem-pertencimento-e-por-isso-defendem-com-intensidade-o-territorio/> Acesso em: 12 de out.2023.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade do Recife é como tantas outras capitais do Brasil, marcada pela desigualdade socioespacial refletindo nas formas de usos das terras urbanas. Nessa conjuntura, a capital pernambucana, é palco de uma luta contra o capital imobiliário, o qual que visa controlar e transformar áreas urbanas em fontes de lucros, como é o caso da comunidade ribeirinha Coque, às margens do rio Capibaribe, onde os/as moradores/as enfrentam desafios e são constantemente ameaçados pela referida especulação imobiliária. Mas seguem lutando pela regularização fundiária e pelo direito de viver com dignidade no seu respectivo território.

A comunidade ribeirinha Coque, é um exemplo vivo de tensões e contradições, mesmo sendo uma das primeiras Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, criada na cidade. Ela continua expressando as problemáticas pela falta de segurança e direito de viver, além de estar à mercê da insegurança jurídica em relação ao risco de remoção. Este cenário é comum nas comunidades brasileiras, onde a falta de infraestrutura básica e o acesso aos direitos básicos fazem parte do dia a dia, enquanto os/as moradores/as sofrem com os estigmas e tabus que recaem sobre os seus espaços e suas vidas.

Nesse contexto, as mulheres desempenham um importante papel nas lutas por moradias dignas e pelo direito de viver dignamente na cidade. A atuação dos grupos populares organizados e articulados na sua maioria por mulheres, faz-se essencial para a construção de um espaço mais justo e inclusivo. No caso do Coque, desde as primeiras ocupações, as mulheres se mobilizam de forma enérgica, ativa e global, rompendo com as estruturas capitalistas e patriarcais da sociedade brasileira.

Portanto, ao compreender as articulações das dimensões de gênero, raça e classe, bem como a estruturação desigual do espaço, incorporada pela análise interseccional na Geografia, podemos compreender que: as mulheres são mais vulneráveis à segregação socioespacial. Mas que, ao mesmo tempo, a participação ativa do gênero feminino nos movimentos defende a sua posição enquanto sujeitos sociais e quebrando os estigmas e tabus atribuídos à sua imagem e também aos seus espaços.

Além disso, a abordagem interseccional pode contribuir para que as pessoas não sejam definidas apenas por uma categoria social, mas por múltiplas, como por exemplo:

mulher, preta, periférica, monoparental, ou seja, a conexão entre os elementos, gênero, raça, classe, localização geográfica, idade e etc... Refletindo e considerando como as diferentes formas de opressão se manifestam e como essas questões podem ser trabalhadas, promovendo uma educação crítica, transformadora e popular, almejando a responsabilidade social que a Geografia tem para com a sociedade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, L.S; ARAÚJO, C. P. Dois pesos, duas medidas na apropriação de terras do Recife: os casos da comunidade do coque e do condomínio Le Parc Boa Viagem. *Oculum Ensaios*, v. 17, e204646, 2020 Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3517/351763475015/html/#fn1>. Acesso em 18 jan. 2025;

ALENCASTRO, Luiz Felipe. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8211891/mod\\_resource/content/1/TEXTO%20BASE%20%28AULA%207%29%20%20ALENCASTRO%2C%20Luiz%20Felipe.%2000%20Trato%20dos%20Viventes.%20%282000%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8211891/mod_resource/content/1/TEXTO%20BASE%20%28AULA%207%29%20%20ALENCASTRO%2C%20Luiz%20Felipe.%2000%20Trato%20dos%20Viventes.%20%282000%29.pdf) Acesso em: 18 jan. 2025;

ASSIS, Camila Vieira da Silva de. Mulheres negras, opressões, feminismo negro e entretenimento. VI Seminário CETROS – Crise e Mundo do Trabalho no Brasil. 2018 – Universidade Estadual do Ceará. Disponível em: [https://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos\\_completos/425-51242-15072018-114301.pdf](https://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/425-51242-15072018-114301.pdf). Acesso em 18 jan. 2025;

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 18 jan. 2025;

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 18 jan. 2025;

BRASIL. Estatuto da Cidade. 3ª ed. Brasília: Senado Federal, 2008. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70317/000070317.pdf>;

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo Demográfico 2010: Características da população e dos domicílios – Resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 18 jan. 2025.

Bernardino, Raquel Ludermir. Recife-mercadoria e direito à cidade: a operação urbana consorciada Joana Bezerra. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/14910/1/Dissertacao%20Raquel%20Bernardino%20-%20final%20-%20OK.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2025;

CAMBOIM, J.; GOMES, E. Produção desigual do espaço urbano: o coque fragmento da cidade do Recife-PE. *Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*. 2016, vol. 5. Número: 1. Recife, 2016. Disponível em: [file:///C:/Users/regit/Downloads/Dialnet-ProducaoDesigualDoEspacoUrbano-5842635%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/regit/Downloads/Dialnet-ProducaoDesigualDoEspacoUrbano-5842635%20(3).pdf). Acesso em: 18 jan. 2025;

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, p.117-133, 2003. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ea/a/Zs869RQTMGGDj586JD7nr6k/?format=pdf&lang=pt>  
Acesso em: 15 out. 2023.

CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. Territórios ribeirinhos em Recife-PE: a quem pertencem esses pedaços do espaço. *Revista da Casa da Geografia de Sobral, Sobral/CE*, v. 25, n. 1, p. 102-122, 2023. Disponível em: <http://uvanet.br/rcgs>. Acesso em: 17 jan. 2025.

CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de et al. Territórios ameaçados no contexto de expansão da urbanização neoliberal - o caso do Coque - Recife - PE. *Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, Recife*, v. 7, n. 1, p. 48-67, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistamseu/article/view/236849/30374>. Acesso em: 21 de outubro de 2023;

CHAUÍ, M. Participando do debate sobre mulher e violência. In: *Perspectivas Antropológicas da Mulher: sobre mulher e violência*. V. 4. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.  
COLLINS, Patricia Hill. *Interseccionalidade*. 2020. Ed. São Paulo: Boitempo, 2020. Disponível em: [2\\_COLLINS.pdf](#). Acesso em 17 jan. 2025;

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos feministas*, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em 18 jan. 2025;

DA SILVA, R. K. F.; DA SILVA, D. R. F. COQUE - RECIFE: TERRITÓRIOS ANFÍBIOS DO CAPIBARIBE. *Paisagens & Geografias, [S. l.]*, v. 4, n. Esp, 2022. Disponível em: <https://paisagensegeografias.revistas.ufcg.edu.br/index.php/A1p7D/article/view/44>. Acesso em: 17 jan. 2025;

ELVIR, A. G. O estigma do favelado: ressignificando o conceito de favela nas dinâmicas urbanas internas na Areinha (Comunidade do Coque – Recife). *Revista Rural & Urbano. Recife*. v. 03, n. 02, 2018. ISSN: 2525-6092. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/363632029\\_THE\\_STIGMA\\_OF\\_A\\_FAVELADO\\_RESIGNING\\_THE\\_FAVELA\\_CONCEPT\\_IN\\_THE\\_INTERNAL\\_URBAN\\_DYNAMICS\\_IN\\_AREINHA\\_IN\\_THE\\_COMMUNITY\\_OF\\_COQUE](https://www.researchgate.net/publication/363632029_THE_STIGMA_OF_A_FAVELADO_RESIGNING_THE_FAVELA_CONCEPT_IN_THE_INTERNAL_URBAN_DYNAMICS_IN_AREINHA_IN_THE_COMMUNITY_OF_COQUE). Acesso em: 18 jan. 2025;

FANTE, Eliege. “As mulheres têm pertencimento, por isso, defendem com intensidade o território”. Fundação Rosa Luxemburgo – Brasil e Paraguai. Pinheiros, São Paulo (SP), 15 set. 2022. Disponível em: <https://rosalux.org.br/as-mulheres-tem-pertencimento-e-por-isso-defendem-com-intensidade-o-territorio/> Acesso em: 12 de out.2023;

FRANCISCO, Thiago Pereira. 2013. *Habitação popular, reforma urbana e periferização no recife, 1920 – 1945*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/15000>. Acesso em 18 jan. 2025;

FREITAS, A. S. *Fundamentos para uma sociologia crítica da formação humana: um estudo sobre as redes associacionistas da sociedade civil*. 2005. 395 f. Tese (Doutorado

em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005; disponível em: [https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9763/1/arquivo9299\\_1.pdf](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9763/1/arquivo9299_1.pdf). Acesso em 18 jan. 2025;

FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mocambos. São Paulo, Nacional, 1936;  
GOMINHO, Zélia. Veneza americana x mucambópolis: O Estado Novo na cidade do Recife (décadas de 30 e 40). Recife, Tese (Mestrado de História) – UFPE, 1997;

GOHN, Maria da Glória. Mulheres - atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 6, n. 11, p. 41-70, out. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1255>. Acesso em: 05 de jul. 2024;

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*. Anpocs. p.223-244. 1984. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod\\_resource/content/1/06%20%20GONZALES%2C%20L%2C%20A9lia%20%20Racismo\\_e\\_Sexismo\\_na\\_Cultura\\_Brasileira%20%281%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20%20GONZALES%2C%20L%2C%20A9lia%20%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf). Acesso em 16. Jan. 2025;

GOUVEIA, T. Mulheres: sujeitos ocultos das / nas cidades. 2005. Disponível em: Acesso em: 22 jan. 2025. Disponível em: [https://fase.org.br/wp-content/uploads/2014/08/Cidades\\_Justas.pdf](https://fase.org.br/wp-content/uploads/2014/08/Cidades_Justas.pdf);

HELENE, D. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. *Cadernos Metrôpole*, [S. l.], v. 21, n. 46, p. 951–974, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/2236-9996.2019-4612>. Acesso em: 3 jan. 2025;

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-479, 1995;

LEFEBVRE, H. O pensamento marxista e a cidade. Tradução de Idalina Furtado. Lisboa: Ulisseia, 1972;

LUCIENNE, C. C. C. Os desafios da inserção sócio-espacial das favelas do Recife: entre as exigências de atratividade urbana e necessidades de habitabilidade: o caso da Zona Especial de Interesse do Coque. 2014. 293 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/18292>. Acesso em: 18 jan. 2025;

Malheiros, J. & Madeira, P.M. (2023). Segregação socioespacial urbana. In: O. Santos, K. Silva, & J. Malheiros (Eds.). *Geografia urbana: revisitando conceitos e temas* (pp. 47-62). CEG-IGOT-U Lisboa, UFRPE. ISBN: 978-65-85711-31-9. <https://doi.org/10.33787/CEG20230002>;

MORAIS. Maria Carolina Morais. Sombra e Trauma na cidade: um olhar sobre o livro Coque Vive Notícias. Tese de conclusão de curso. Departamento de Comunicação Social. UFPE (2019). Disponível em: [https://www.academia.edu/12359012/Sombra\\_e\\_Trauma\\_na\\_cidade\\_An%C3%A1lise\\_](https://www.academia.edu/12359012/Sombra_e_Trauma_na_cidade_An%C3%A1lise_)

das\_Not%C3%ADcias\_sobre\_a\_Comunidade\_do\_Coque\_Recife\_Brasil\_ Acesso em: 16 jan. 2025;

MOREIRA, Marina Rago; EMPINOTTI, Vanessa Lucena. Território e feminismos na América Latina. In: ENANPUR, XX., 2023, Belém (PA). Anais [...]. Belém do Pará, 2023. Disponível em: <https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/05/st12-24.pdf>. Acesso em: 15 out. 2023;

NETO, João Cabral de Melo. O rio [recurso eletrônico]; organização Inez Cabral. - Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. Disponível em: <https://doceru.com/doc/v08n> Acesso em: 18 jan. 2025;

PINTO, Emanuelle Chaves. A invisibilidade do trabalho das mulheres e o espaço urbano: Uma aproximação preliminar. Pernambuco: II Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais: culturas, leituras e representações. Disponível em: [https://www.academia.edu/5210796/A\\_INVISIBILIDADE\\_DO\\_TRABALHO\\_DAS\\_MULHERES\\_E\\_O\\_ESPA%3%87O\\_URBANO\\_UMA\\_APROXIMA%3%87%C3%83O\\_PRELIMINAR](https://www.academia.edu/5210796/A_INVISIBILIDADE_DO_TRABALHO_DAS_MULHERES_E_O_ESPA%3%87O_URBANO_UMA_APROXIMA%3%87%C3%83O_PRELIMINAR) Acesso em: 24 jul 2024;

SAFFIOTI, H. I. B. O poder do macho. São Paulo: Moderna, 1987. Disponível em: [https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitosdas6mulheres/obrasdigitalizadas/questoes\\_de\\_genero/safiotti\\_heleieth\\_o\\_poder\\_do\\_macho.pdf](https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitosdas6mulheres/obrasdigitalizadas/questoes_de_genero/safiotti_heleieth_o_poder_do_macho.pdf) Acesso em: 10 de jul. 2024;

SANTOS, Milton. Por uma geografia nova: da crítica de geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Hucitec, 1986;

SANTOS, M. O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 1987;

SANTOS, Milton. O espaço da cidadania. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011. (Coleção O Pensamento Político Brasileiro; v.3). 2011. Disponível em: [https://professor.ufrgs.br/dagnino/files/santos\\_milton\\_espaco\\_da\\_cidadania\\_2011.pdf](https://professor.ufrgs.br/dagnino/files/santos_milton_espaco_da_cidadania_2011.pdf). Acesso em: 18 jan. 2025.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, [S. l.], v. 20, n. 2, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 24 abr. 2025.

SILVA, Joseli Maria. Gênero e espaço: esse é um tema de geografia. In: Ensino de Geografia: novos temas para a geografia escolar. AZEVEDO, Daniel Abreu de; MORAIS, Marcelo Alonso (orgs). Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 97 – 124;

SILVA, P. Cupertino. S. O direito à moradia e o protagonismo das mulheres em ocupações urbanas. Gênero & Direito, [S. l.], v. 3, n. 1, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ged/article/view/18571>. Acesso em: 24 jul. 2024;

SILVA, Raquel Lasalvia Correia da. Dos mocambos e alagados às casas de alvenaria: práticas de governabilidade no coque/recife (1979-2012). 2018. 124 f., il. Dissertação

(Mestrado em História)—Universidade de Brasília, Brasília, 2018.. Disponível em: 2018\_RaquelLasalviaCorreiaSilva.pdf Acesso em 18 jan. 2025;

SILVA, R. K. F.; DA SILVA, D. R. F. COQUE - RECIFE: TERRITÓRIOS ANFÍBIOS DO CAPIBARIBE. *Paisagens & Geografias*, [S. l.], v. 4, n. Esp, 2022. Disponível em: <https://paisagensegeografias.revistas.ufcg.edu.br/index.php/A1p7D/article/view/44>. Acesso em: 07 jan. 2025.

SOUSA, Victor Pereira de. Por uma geografia social, além de humana: a geografia do oprimido e seus diálogos com a interseccionalidade. *Artefactum - Revista de estudos em Linguagens e Tecnologia*, [S. l.], v. 15, n. 2, 2017. Disponível em: <https://www.artefactumjournal.com/index.php/artefactum/article/view/1493>. Acesso em: 15 jan. 2025;

SOUZA, Jessé. *A subcidadania brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro*. Rio de Janeiro: Leya, 2018;

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77-116. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/624837712/2-O-Territorio-sobre-Espaco-e-Poder-Autonomia-e-Desenvolvimento-040>. Acesso em 25 abr. 2025.

TUAN, Y. F. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Londrina: Eduel, 1980. p. 4

VASCONCELOS, A. P. do N. INTERSECCIONALIDADE: A POTÊNCIA DO CONCEITO-FERRAMENTA METODOLÓGICA PARA A GEOGRAFIA. *Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)*, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 1–13, 2024. DOI: 10.35701/rcgs.V26.964. Disponível em: [//rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/964](https://rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/964). Acesso em: 18 jan. 2025;

VASCONCELLOS, Rafaela de Melo. *O político na rede coque vive: diversidade, conflitos e confluências na construção da ação coletiva*. 2013. 148 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas - CFCH, Universidade Federal de Pernambuco, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11785> Acesso em: 08 de março de 2023;

VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1998. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/363175/mod\\_resource/content/2/Texto\\_5-Villaca.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/363175/mod_resource/content/2/Texto_5-Villaca.pdf). Acesso em: 18 jan. 2025.